

DA ESCOLA DOS ANNALES À HISTÓRIA NOVA: PROPOSTAS PARA UMA LEITURA TEÓRICA

From Annales School to New History: proposals for a theoretical reading

Júlia Silveira Matos⁵⁴
jul_matos@hotmail.com

RESUMO: O termo “História Nova” ou “Nova História” foi lançado no mercado em 1978 por alguns membros do chamado grupo dos Annales, conforme Guy Bourdé e Hervé Martin. Essa enquanto proposta teórica, nascera, de acordo com Peter Burke, juntamente com a fundação da Revista *Annales*, criada para “*promover uma nova espécie de história*” (BURKE, 1997:11), por isso os historiadores ligados a Nova História são vistos como herdeiros da “Escola dos Annales”. No presente ensaio discutiremos a historiografia dessa tendência teórica, seus conceitos, como também sua aplicação prática como teoria para compreensão histórica.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria. Escola dos Annales. História Nova.

ABSTRACT: The term "History New" or "New History" was released on the market in 1978 by some members of the group called the *Annales* as Guy Bourde and Hervé Martin. While this theoretical proposal, was born, according to Peter Burke, along with the founding of the journal *Annales*, created to "promote a new kind of history" (Burke, 1997:11), so historians linked the new history are seen as heirs of the "Annales school." In this article we will discuss the historiography of this theoretical trend, its concepts, as well as its practical application theory to historical understanding.

KEYWORDS: Theory. Annales School. *Nouvelle Histoire*.

RESUMÉ: Le terme «nouvelle histoire» ou «nouvelle histoire» a été lancé en 1978 par certains membres du groupe appelé les Annales. Cette proposition théorique, elle est née, selon Peter Burke, avec la fondation de la revue *Annales*, fondée pour «promouvoir un nouveau genre de l'histoire» (Burke 1997:11), tant d'historiens ont lié la nouvelle histoire sont considérées comme héritiers de ". Dans cet essai, nous allons étudier l'historiographie de cette théorie tendance, ses concepts, mais aussi son application dans la pratique et la théorie de la compréhension historique.

MOTS-CLÉS: Théorie. L'école des Annales. Nouvelle histoire.

No Brasil vem se discutindo as contribuições da chamada Nova História há algumas décadas como se essa fosse uma fórmula mágica, sem os devidos cuidados

⁵⁴ Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS e professora adjunta do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Rua Álamo, 748, Cassino, Rio Grande, RS - CEP 96206200 – Brasil. Artigo enviado em 09/05/2013 e aceito em 02/08/2013.

com as definições de campo e aplicabilidade de suas propostas. Sem dúvida, desde os anos de 1930 quando surgiu na Europa os primeiros trabalhos que encabeçaram esse movimento teórico e metodológico, foram inúmeras as contribuições dos historiadores que formaram o chamado grupo dos Annales. No entanto, é preciso ter em mente a que se propõe a Nova História. No presente ensaio discutiremos a historiografia dessa tendência teórica, seus conceitos, como também sua aplicação prática como teoria para compreensão histórica.

Conceitos

O termo “História Nova”⁵⁵ ou “Nova História” foi lançado no mercado em 1978 por alguns membros do chamado grupo dos Annales, conforme Guy Bourdê e Hervé Martin. Essa enquanto proposta teórica, nascera, de acordo com Peter Burke, juntamente com a fundação da Revista Annales, criada para “*promover uma nova espécie de história*” (BURKE, 1997:11), por isso os historiadores ligados a Nova História são vistos como herdeiros da “Escola dos Annales”. Segundo Jacques Le Goff, os historiadores ligados a esse movimento teórico-historiográfico, procuraram construir “...*uma história do poder sob todos os seus aspectos, nem todos políticos, uma história que inclua notadamente o simbólico e o imaginário*”(LE GOFF, 1998: 08) e, ainda, buscaram evitar qualquer determinismo estrito e privilegiaram explicações plurais das inter-relações dialéticas entre as diversas instâncias do real, o esclarecimento dos múltiplos códigos que regem a vida social. Dessa forma, a Nova História, conhecida como a terceira geração dos Annales, se abriria ao diálogo com as mais diversas ciências: antropologia, sociologia, literatura, geografia, psicologia, entre tantas outras, além de ampliar seu olhar sobre as fontes.

Entretanto, ainda podemos re-fazer a pergunta de François Dosse, em seu “História em Migalhas”, A Nova História é herdeira dos Annales? Sob sua análise a resposta é não. Para ele a história proposta pelo grupo que compunha o corpo editorial

⁵⁵ Esse termo foi utilizado por Jacques Le Goff como título de seu dicionário, lançado em 1978, o qual deu origem a nomenclatura da geração, sobre a história e os conceitos dessa teoria, em francês o título do livro é *La Nouvelle Histoire*, ou seja A Nova História. Em português a expressão foi invertida no título, mas no interior da obra aparece nos artigos de Le Goff como A Nova História, respeitando a escrita francesa.

da Revista *Annales d'Histoire Economique et Sociale*, depois chamada *Les Annales. Economies. Sociétés, civilizations*, nunca teve um eixo teórico claro, tinham em comum seus embates contra uma História “factual” e propunham, “*naquele clima de 'ânsia pela totalidade', uma história-problema, que se resumia no uso de hipóteses explícitas pelo historiador, hipóteses 'abertas' que serviriam de fio condutor para a pesquisa, articulando todos os seus passos analíticos*” (DOSSE, 1992:09). Nesse sentido, sem desconsiderar as continuidades entre essa proposta, conforme a citação, dos “pais fundadores” e da chamada Nova História, Dosse afirmou que a segunda rompeu com a primeira ao retirar o homem do “*horizonte primeiro da cena social do passado*” e abandonar “*toda a relação dialética passado/presente/futuro e a perspectiva globalizante em proveito de um 'história em migalhas'*” (DOSSE, 1992:11). Sendo assim, em sua visão, enquanto o ‘movimento dos Annales’ teria surgido com o intuito de fazer uma história total, centrada no homem e suas relações com o meio, a Nova História fragmentaria-se para estudar as mentalidades e imaginários em suas mais variadas estruturas e temporalidades.

Ao mesmo tempo que a obra de Dosse discutiu os distanciamento e rupturas entre o movimento dos Annales e a Nova História, inúmeras discussões, encabeçadas por Marc Ferro⁵⁶ e também por François Dosse, pipocaram sobre a aplicação do conceito de “Escola” ao movimento de renovação historiográfica iniciada por Lucien Febvre e Marc Bloch em fins dos anos de 1929, na Universidade de Estrasburgo, pois para ambos essa a qual a historiografia contemporânea convencionou chamar de “Escola” não teria passado de um movimento liderado por um variado grupo de historiadores e intelectuais. O termo “Escola” aplicado para explicar o movimento teórico-historiográfico liderado por Febvre e Bloch, como sabemos, foi canonizado pelo Historiador Peter Burke em sua obra *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*.

Ainda nesse debate sobre a existência ou não de uma “escola”, Hervé Martin e Guy Bourdè, consideram que é enganosa a sensação de unanimidade de pensamento entre os historiadores ligados a *Revista Les Annales. Economies. Sociétés, civilizations*, assim re-nomeada em 1946 após a desocupação nazista da França. As décadas que se

⁵⁶ Marc Ferro abriu a discussão em um debate internacional sobre a Escola dos Annales, em Stuttgart, em 1985. Ver mais: BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo. Fundação Editora da UNESP, 1997.

seguiram a morte de Lucien Febvre e a ascensão de Fernand Braudel a direção da revista, em 1956, guardaram mudanças profundas nas diretrizes do movimento que acabou se institucionalizando quando no ano 1975 a 6ª Secção da EPHE (Escola Prática de Altos Estudos) foi transferida do bairro latino, para um imóvel consideravelmente grande, equipado com laboratórios, e transformada em École des hautes études en sciences sociales (EHESS), a partir dessa mudança recebeu o status de Universidade, podendo desde então ser chamada de escola.

No entanto, mesmo sob a enfática negação de Ferro sobre a existência de uma Escola de fato, não podemos negar que existiu um forte movimento e esse liderado por um grupo, como já citado, segundo Peter Burke. O qual acabou por se dividir em três fases distintas: a primeira iniciada em 1920 estenderia-se até 1945, caracterizada pelos embates contra a história tradicional “metódica” ou erroneamente chamada “positivista” e liderada por Lucien Febvre e Marc Bloch; a segunda de 1946 até 1968, centrou-se mais sob os conceitos de estrutura e conjuntura, acabou por aproximar-se muito, segundo Burke, de uma escola, com novos métodos e propostas para a constituição de uma História serial e de longa duração e foi “dominada” pela presença de Fernand Braudel; a terceira e não última iniciaria-se em 1968, marcada pela fragmentação, “*nos últimos vinte anos, porém, alguns de seus membros do grupo transferiram-se da história sócioeconômica para a sóciocultural, enquanto outros estão redescobrando a história política e mesmo a narrativa*” (BURKE, 1997: 13), essa foi liderada por Jacques Le Goff e Georges Duby.

Além dessas três fases distintas, atualmente fala-se em uma quarta geração herdeira dos Annales, que seria a Nova História Cultural. Essa liderada pelos historiadores Roger Chartier e Jacques Revel, teria sofrido influência da crítica de Michel Foucault. Mais voltados para a investigação das “práticas culturais” e também influenciados em parte pela renovação marxista, segundo Lynn Hunt, “*foram além das mentalités, com o objetivo de questionar os métodos e objetivos da história em geral*” (HUNT, 1992:13). Conforme vemos nessa citação, os historiadores dessa chamada quarta geração distanciaram-se em parte da geração anterior, no entanto, não desprenderam-se do ideal principal pregado pelos primeiros Annales, que foi a busca pela compreensão de leis anônimas que regessem as “práticas coletivas”.

Diante dessas chamadas quatro gerações que reivindicam para si a ancestralidade dos Annales e considerando as discussões propostas por Peter Burke

(1992) de que o termo ou expressão “Nova História” já teria sido utilizado por James Harvey Robinson desde 1912, no presente trabalho assumiremos a definição e conceituação de “Nova História” proposta por José Carlos Reis em seu “*A Escola dos Annales: A inovação em História*”, no qual afirmou:

A expressão *nouvelle histoire*, que já se prestou a tantos equívocos, nós a utilizaremos no sentido sugerido por Le Roy Ladurie e Furet: ela designa a história sob a influência das ciências sociais, que começou a ser elaborada a partir do debate entre sociólogos, filósofos, geógrafos e historiadores, no início do século XX, e se corporificou na revista histórica, *Annales d'Histoire Economique et Sociale*, fundada em 1929, por Lucien Febvre e Marc Bloch (REIS, 2000:65).

Concordando com a definição de Reis, herdada de Ladurie e Furet, consideramos a “Nova História”, enquanto corrente teórica, diretamente ligada ao movimento dos Annales surgido em 1929, que ao colocar o homem como centro das análises históricas deu a História um caráter extremamente sociológico. Dessa forma, podemos afirmar que a “Nova História” é a História sob a influência substancial das ciências sociais, seja: sociologia, antropologia, filosofia e etc. Reis (2000) ainda nos diz que não podemos negar a existência de um espírito da *nouvelle histoire* muito tempo antes de 1929, no entanto, após a fundação da revista ela deixou de ser apenas um espírito para corporificar-se de forma concreta e guerreira e, portanto, institucionalizar-se e expandir-se.

Sendo assim, frente a tantos debates, para compreender não apenas a proposta teórica, mas também metodológica, o que segundo Dosse não existe, da “Nova História”, precisamos olhar atentamente para sua história e vinculação, quase mitológica, com o movimento dos Annales. Para tanto, analisaremos a fundação da *Revista Les Annales* em fins dos anos de 1920 e as visões históricas de seus membros.

História

Para iniciarmos uma breve análise sobre a trajetória e história do movimento dos Annales antes precisamos nos referir a Lucien Febvre e Marc Bloch. Ambos foram, após o fim da Primeira Grande Guerra, (“como bons patriotas que lutaram para defender a França”), convidados à lecionar na Universidade de Estrasburgo, território recém

anexado, em 1919-1920. Segundo Peter Burke, Febvre foi nomeado professor e Marc Bloch *maître de conférences*. Nos primeiros anos, diante das dificuldades do pós-guerra, crises identitárias conseqüentes da re-anexação do território e problemas com o dialeto local, a Universidade se isolou num diálogo interno. Essa alienação da universidade frente a sociedade, propiciou que seus professores voltassem-se para as discussões teóricas sobre as ciências e detivessem-se em suas pesquisas.

Lucien Febvre e Marc Bloch dirigiam discussões sobre suas preocupações com o campo das ciências e necessidade de renovação da História. Conforme nos diz Burke, “*Em suas infundáveis discussões participavam colegas como o psicólogo social Charles Blondel, cujas idéias eram importantes para Febvre, e o sociólogo Maurice Halbwachs, cujo estudo sobre a estrutura social da memória, publicado em 1925, causou profunda impressão em Bloch*” (BURKE, 1997:27-28). O grupo era extremamente eclético, como vemos nessa citação, mas esses não foram os únicos a participar das preocupações de Febvre e Bloch, os professores Henri Bremond⁵⁷, Georges LeFebvre⁵⁸, Gabriel Le Bras⁵⁹ e André Piganiol⁶⁰, em diferentes períodos aderiram também as discussões.

Frente a tantos olhares, Febvre e Bloch passaram a pregar a união das ciências e a abertura da História para outros campos. Desde o fim da Primeira Guerra, Febvre já pensara em uma revista de História econômica, a qual seria dirigida por Henri Pirenne, historiador Belga, no entanto, conforme afirmou Burke, o projeto foi abandonado diante de tantas dificuldades e só retomado por iniciativa de Marc Bloch em 1928.

A revista foi intitulada, inspirada nos *Annales de Géographie* de Vidal de La Blache, *Annales d'histoire économique et sociale*. De acordo com Peter Burke, “*pretendia exercer uma liderança intelectual nos campos da história social e econômica*” (BURKE, 1997:33). Essa pretensão foi manifestada em seus primeiros números com o predomínio da presença de historiadores econômicos. De acordo com Hervé Martin e Guy Bourdè (1990), em seu primeiro número, seus editores expuseram seus objetivos com a revista: 1) Eliminar o espírito de especialidade, promover a

⁵⁷ Autor da obra *Histoire littéraire du sentiment religieux en France depuis la fin des guerres de religion (1916-1924)*, lecionou em Estrasburgo no decorrer do ano de 1923 (CF. BURKE, 1997:28).

⁵⁸ Lecionou em Estrasburgo entre os anos de 1928-1937, tornou-se conhecido como o historiador da Revolução Francesa, tinha um interesse nas mentalidades muito próximo dos pais fundadores dos *Annales*. “*Não é gratuito sugerir que a idéia do famoso estudo de Lefebvre sobre 'o grande medo de 1789' deve alguma coisa ao ensaio anterior de Bloch sobre o rumor*” (BURKE, 1997:28).

⁵⁹ Foi um dos pioneiros da sociologia histórica das religiões (CF. BURKE, 1997:28).

⁶⁰ Em seu estudo sobre os jogos romanos revelou um interesse pela antropologia muito semelhante ao de Bloch na sua obra *Os reis taumaturgos* (CF. BURKE, 1997:28).

pluridisciplinariedade e favorecer a união das ciências humanas. 2) Passar da fase dos debates teóricos (os da Revista de síntese histórica dirigida por Henri Berr) para a fase das realizações concretas. Com certeza, conforme nos afirmou Martin e Bourd e, o grupo ao redor da revista se preocupou muito mais em fazer a história sobre novos moldes do que discuti-la teoricamente, fun o que ficou para as gera es posteriores.

A revista *Annales* nasceu como uma rea o a história tradicional metódica ou erroneamente chamada “positivista”. Conforme nos diz Jean Gl nisson,

Na sua origem, sabemos-lo, situam-se uma vontade de rea o contra a história 'positivista', um cuidado de amplia o em todas as dire es: o historiador 'quer-se e faz-se economista, sociólogo, antropólogo, demógrafo, psicólogo, linguista'. Mas, enquanto Henri Berr preocupava-se em formular uma doutrina da síntese histórica (era ele filósofo de forma o), Lucien Febvre e Marc Bloch pregaram sobretudo mediante o exemplo (GLÉNISSON, 1979:230).

Como vemos, além do antipositivismo, sem negar que foram em parte influenciados pela revista e discussões de Henri Berr, de alguma forma, também se opuseram a ele, ao excluir os debates puramente teóricos dos *Annales*.

Dessa forma, o grupo em torno da revista acabou por formar uma corrente teórica, sem teorizar, centrados na prática do historiador. Segundo Bourd e e Martin, formaram um movimento que desprezava a história historicizante ou * v nentielle* (eventencial – centrada nos acontecimentos), voltava-se para a análise da longa dura o⁶¹, retirava o olhar histórico da política e centrava sua aten o nas atividades econ micas, as organiza es sociais e psicologias coletivas, com o intuito de aproximar a história a outros campos das ciências humanas.

Bloch e Febvre como os idealizadores da revista *Annales* não entendiam a prática Histórica fora do cotidiano e, segundo Gl nisson, recomendavam aos historiadores que não se conformassem com os dogmas de uma nova filosofia, mas deveriam “*assumir diante da história uma atitude nova, libertando-se do seco espírito de sistema que a teoria dos 'positivistas' decididamente dissimulava. Longe de encerrar-se em sua torre de marf m, o historiador deverá abrir-se ao mundo exterior, participar ativamente da vida de seu tempo*”. Esse espírito de renova o, conforme nos

⁶¹ Apesar da longa dura o ter como obra exemplar *Os reis taumaturgos* de Marc Bloch, o termo foi empregado e conceituado por Fernand Braudel em seu livro “*História e Ciências sociais*”.

afirmou Glénisson nessa citação, marcou essencialmente a primeira geração dos *Annales*, entre os anos de 1930 a 1945.

Após a morte de Marc Bloch, em 1944 em um campo de concentração nazista, e a desocupação alemã da França, Febvre, que mudara o nome da revista *Annales* para *Mélanges* durante a guerra, trocou o título da revista novamente em 1946 para *Les Annales. Economies. Sociétés, civilizations*. Estava só na direção da *Les Annales* e aliado a Fernand Braudel, de acordo com Bourdê e Martin, mudou a orientação da revista de histórica econômica e social para história das mentalidades.

No entanto, precisamos ter em mente que, enquanto Guy Bourdê e Hervé Martin nos afirmam que Febvre se voltou para a história das mentalidades durante a segunda fase dos *Annales*, iniciada após a morte de Bloch, Ronaldo Vainfas diz que a segunda geração, também chamada de “era Braudel”, foi justamente o momento em que “*se viram eclipsadas, por assim dizer, as fortes preocupações que os primeiros annalistas sempre dedicaram às mentalidades na história*” (VAINFAS, 1997:133). Diante desse empasse podemos considerar que no Mediterrâneo Fernand Braudel apresentou um estudo sobre a economia e sociedade no mundo mediterrânico, ancorado nas relações do homem e seu meio, a partir de uma análise das diversas temporalidades, entretanto, mesmo considerando a análise em longa duração, acabou por, de acordo com Vainfas, marginalizar as mentalidades. A partir dessa análise, ao olharmos a obra braudeliiana poderíamos desconsiderar a afirmação anterior de Bourdê e Martin, no entanto, foi justamente entre os anos de 1948 e 1956, que Lucien Febvre se dedicou ao estudo dos sentimentos de Honra e Pátria, como motivadores das ações humanas.

Como vemos, assim como a primeira fase dos *Annales*, a segunda geração também não contou com uniformidade de pensamento, enquanto Febvre abriu as análises das mentalidades que seriam amplamente estudadas pela terceira geração, Braudel introduziu o estruturalismo de Levis-Strauss na teoria histórica dos *Annales*, “*relacionando as tenazes prisões de longa duração que a geografia empunha universalmente ao homem com a noção de estrutura do antropólogo francês*” (VAINFAS, 1997: 134), assim como o materialismo de Karl Marx serviu como um dos pilares de sua análise. Enquanto Febvre ampliava sua investigação sobre a História das mentalidades coletivas, Braudel, conforme Vainfas, privilegiou dentro da revista os aspectos econômicos e demográficos, foi a valorização do quantitativo em detrimento do qualitativo, que somente seria retomado na terceira geração.

Nesse segunda fase ou geração, ocorreu a institucionalização dos Annales, primeiro ainda sob a direção de Febvre com a fundação da Vi^a Seção da Escola Prática de Altos Estudos⁶², depois já com Braudel na liderança, a *Maisou des Sciences de l'Homme*⁶³ e por fim, com status universitário, conforme já referido, com a fundação da Escola dos Altos Estudos em Ciências Sociais, a EHESS.

Nesse momento, principalmente após a morte de Febvre, Braudel investiu nas análises estruturais da História. Sua proposta de análise da longa duração ainda que não o distanciasse tanto de Febvre e Bloch, veiculou uma ampla e nova discussão, por isso, segundo Vainfas (1997), a sua era foi marcada pela produção “de grandes obras de história total”. Sua inovação foi a percepção de profundas e constantes conexões entre tempo e espaço, história e geografia.

A concepção de tempo que foi desde o princípio a característica fundamental dos annalistas, em Febvre não era concebido como o tempo da alma, da consciência, da reflexão profunda dos indivíduos, mas como nos disse Marcos Antônio Lopes (1998), o tempo inconsciente das coletividades, concepção que antecipou a posterior proposta braudeliiana.

A marca de Braudel foi sua concepção de tempo estrutural e, segundo Krzysztof Pomian (1998), no decorrer da década de 50 irromperam os debates sobre essa nova corrente e seu papel. Em 1958, após a publicação da “Antropologia estrutural”, de Claude Lévy-Strauss, estudiosos começaram interrogar sobre o sentido e empregos do termo “estrutura” e principalmente sobre a validade da história, como ciência social. No capítulo “Antropologia estrutural”, o autor recusou à história seu direito de se autodefinir enquanto ciência social. Fernand Braudel elaborou sua resposta, em sua obra “História e ciências sociais. A longa duração”, na qual mostrou que a história, longe de encerrar-se no estudo dos acontecimentos, não somente era capaz de individuar as estruturas, como também se interessava em primeiro lugar por essa tarefa. Dessa forma, no desenvolvimento de sua demonstração, também precisou o sentido que os historiadores davam à própria palavra estrutura:

⁶² Com recursos da Fundação Rockfeller, foi concebida como centro de pesquisas e, segundo José Carlos Reis (2000), sem status universitário.

⁶³ Com apoio da Fundação Ford, foi criada a Maisou como importante centro de pesquisa e ensino de ciências sociais e ampliou seus corpos físicos, como prédios, laboratórios, bibliotecas, editoras e funcionários. A pequena revista tornou-se um centro de influência na área dos estudos em História e Ciências Sociais. Ver mais: REIS, José Carlos. *A Escola dos Annales: A inovação em História*. São Paulo. Paz e Terra, 2000, p. 102.

Por estrutura, os observadores do social entendem uma organização, uma coerência, relações bastante fixas entre realidades e massas sociais. Para nós, historiadores, uma estrutura é, sem dúvida, montagem, arquitetura, porém, mais ainda, uma realidade que o tempo gasta mal e veicula muito longamente. Certas estruturas, vivendo muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: elas atravancam a história, atrapalham, portanto comandam, seu desenrolar. Outras tendem a se pulverizar. Contudo, todas são, ao mesmo tempo, esteios e obstáculos. Obstáculos, elas se assinalam como limites (evolventes, no sentido matemático), dos quais o homem e suas experiências praticamente não podem se libertar. Imaginem a dificuldade de romper certos contextos geográficos, certas realidades biológicas, certos limites da profundidade, até mesmo estas ou aquelas injunções espirituais: os marcos mentais também são prisões de longa duração (POMIAN, 1998:97-98)

Sendo assim, conforme a citação de Pomian, Braudel vinculou-se a proposta febvriana de estudo das mentalidades coletivas, pois se preocupa com o estudo das estruturas nas quais o homem está imerso. No entanto, muito de seu criticado possível distanciamento dos “pais fundadores” se deu por sua análise centrar-se numa história das populações e não dos indivíduos. Dosse acabou criticando-o por excessos de economicismos e por delegar poderes determinantes ao meio geográfico sobre a vida humana, chegou a afirmar que em sua obra o homem deixara de ser sujeito. Em relação a tal afirmação, disse José Carlos Reis (2000), que Braudel não retirou do homem sua condição de sujeito, “*mas submete a sua ação às circunstâncias objetivas, estruturais, pelas quais ele está envolvido, e que ele pode alterar, mas à custa de um esforço penoso, e só obterá resultados a longo prazo*” (REIS, 2000:105). Como vemos, foi a recusa do evento e sua breve temporalidade, somadas a negação do evolucionismo progressista e linear da sociedade, que o levou a discutir e a escrever sobre sua visão de tempo em três ritmos heterogêneos: “estrutural, conjuntural e acontecimental”.

A definição braudeliana de tempo e a institucionalização dos *Annales* foram grandes passos para a ampliação dos campos de pesquisa sob essa nova visão histórica. Mas, como desde sua fundação, os *Annales* não pararam de transformar-se: 1929, com a criação da revista, 1933 com a transferência de Febvre para a Sorbonne, 1936 com a transferência de Bloch para a Sorbonne, a Segunda Guerra, 1947 nova e definitiva mudança de nome e princípio da institucionalização dos *Annales*, em 1968, Fernand Braudel na direção da revista cercou-se de um comitê formado pelos historiadores,

Jacques Le Goff, Emanuel Le Roy Ladurie, Marc Ferro e de um secretariado, no qual se sucederam R. Mandrou, André Burguière e Jacques Revel.

A partir de 1968 começaram, segundo Reis (2000), entre os próprios annalistas a se falar em *Nouvelles Nouvelles Annales*. Essa fase foi marcada pela elevação da EPHE à Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais em 1975, pela aposentadoria de Braudel em 1972 e pelo retorno aos estudos do qualitativo e das mentalidades, com Jacques Le Goff como Presidente da Escola. Portanto, de acordo com Peter Burke, “*o surgimento de uma terceira geração tornou-se cada vez mais óbvio nos anos que se seguiram a 1968*” (BURKE, 1997:79). Essa mudança de foco a que se referiu Burke, que acabou por marcar o nascimento de uma nova geração dos Annales, foi não apenas a volta aos estudos das mentalidades, mas principalmente da tentativa do emprego de métodos quantitativos na História Cultural, assim como os famosos retornos, a narrativa e a política.

A terceira geração acabou por abrir-se aos mais diversos temas e por isso foi criticada pela fragmentação. No entanto, um elo ligava os historiadores desse fase, as transferências de suas análises das bases econômicas para a cultural, ou seja, a superestrutura, conforme nos afirmou Burke (1997). No mesmo sentido, para Ronaldo Vainfas, “*a história das mentalidades que passou a reinar na historiografia francesa desde fins da década de 1960 tem sido caracterizada um tanto precipitadamente (...) é costume se destacar a preferência por assuntos ligados ao cotidiano e às representações (...) microtemas, portanto, recortes minúsculos do todo social*” (VAINFAS, 1997:137). Essa centralidade em “microtemas”, História da vida privada, História de gênero, da sexualidade, micro-história, como nos afirmou Vainfas, foram campos não apenas abertos pela História das mentalidades como seu próprio refúgio, assim como, o principal elo de ligação com a iniciada após 1988, quarta geração dos Annales.

Outra característica dessa fase foi a irradiação das propostas teórico-historiográficas para fora de Paris e mesmo da França, o que foi o caso da micro-história. Essa que foi ao mesmo tempo um efeito da História das Mentalidades, também foi apontada por vários intérpretes como um efeito do desencantamento dos historiadores com a fragilidade do conceito de mentalidades e diante dessa crise vivida pela terceira geração dos Annales, no final dos anos de 1980, se levantou a Nova História Cultural.

Os historiadores em torno dessa nova tendência historiográfica herdeira dos Annales, como Roger Chartier, Lyn Hunt e Carlo Ginzburg, rejeitaram o conceito de mentalidades, sem, no entanto, negar a relevância dos estudos sobre o “mental”. Segundo Ronaldo Vainfas (1997) podemos eleger quatro características definidoras da Nova História Cultural, que assim se denominou para diferenciar-se da História Cultural, já ministrada nas Universidades, dedicada a estudar as manifestações “oficiais” da cultura:

1. Rejeição do conceito das mentalidades, sem negar o valor dos estudos sobre o mental, ou mesmo recusar as aproximações com a antropologia e a longa duração.
2. Apreço pelas manifestações populares, das massas anônimas, como suas festas, resistências, crenças e etc., sem rejeitar as expressões culturais das elites letradas.
3. Preocupação em analisar e reconstruir o papel das classes sociais, da estratificação, assim como dos conflitos sociais, de forma a perceber os indivíduos a partir de suas posições. Essa característica a distanciou da História das mentalidades, que procurava descrever a vida cotidiana de forma uniformizante, sem considerar os indivíduos e suas posições ou grupos na “estratificação” social.
4. Por fim, sua característica que pode ser considerada uma permanência da História das Mentalidades, que é a pluralidade de caminhos para a investigação histórica.

Sendo assim, com o intuito de corrigir as falhas da geração anterior A Nova História Cultural buscou investir nos estudos da cultura e do mental, sem, como nos afirmou Vainfas, “*abrir mão da própria história como disciplina ou ciência específica*” (VAINFAS, 1997: 148). Portanto, concordando com a citação acima, ao mesmo tempo que a quarta geração não rompeu totalmente com a História das Mentalidades, também retomou alguns embates da “era Braudel”, como a defesa da legitimidade da História enquanto campo do conhecimento e das ciências sociais. Seu conceito de cultura também em muito se assemelha com a definição de mentalidades, pois se o último é aquilo que muda mais lentamente da história e o primeiro é o conjunto de atitudes,

códigos comportamentais e crenças próprios das diferentes classes, podemos perceber que a marcante diferença entre os dois é a homogeneização do primeiro e o reconhecimento das estratificações sociais do segundo. No entanto, ambos concordam que cultura ou mentalidades não se levantam ou desaparecem entre as sociedades rapidamente, mas sim em um processo de longa duração. Os dois conceitos para nós se apresentam de forma muito interligada e complementar, ao mesmo tempo que nos reporta a definição de *hábitus* de Nobeit Elias, para o qual é uma forma de sentir e agir não-reflexiva “*equivalente a uma segunda natureza, que por meio do disciplinamento das pulsões e do autocondicionamento psíquico, pouco a pouco se incorpora à estrutura da personalidade do indivíduo*”. Como vemos, nessa citação Elias reconheceu o conceito de *habitus* como uma estrutura comportamental que se fundamenta nos indivíduos paulatinamente, ou seja, na longa duração, concepção que o aproxima da proposta conceitual das mentalidades. Nesse ponto, podemos perceber que a conceituação de tempo foi o eixo central das análises e reflexões do movimento teórico-historiográfico que se formou em torno da revista *Annales*.

O avanço: uma nova concepção de tempo

Desde os pais fundadores a discussão sobre a concepção de tempo e sua importância para o estudo da História era presente. Lucien Febvre e Marc Bloch apresentaram definições gerais sobre a temporalidade histórica, no entanto, foi Fernand Braudel em seu *História e Ciências Sociais* que conceituou não apenas a longa duração como a tripartição da temporalidade histórica: a superestrutura, estrutura e conjuntura, noções herdadas da antropologia e do próprio marxismo. No entanto, a concepção pura de tempo entre os “pais fundadores” também foi variante em alguns pontos.

3.1. O tempo em Febvre, Bloch e Braudel:

Para Lucien Febvre, segundo José Carlos Reis (1994), o tempo histórico é o tempo do qualitativo e nessa medida via as “*mudanças qualitativas deste mundo através de uma análise interpretativa, compreensiva, essencialmente qualitativa*” (REIS, 1994:39). Em sua visão as sociedades são constituídas por tempos diferentes no

interior do mesmo mundo geográfico e humano. Portanto, comparar períodos diferentes gera anacronismos, pois as épocas não estão presas em estruturas fechadas, pelo contrário as mentalidades atravessam-nas permanecendo dentro das culturas.

Enquanto Febvre percebia a diferenciação da ação do tempo em sua curta temporalidade sobre os fenômenos e a em sua longa duração sobre as aparelhagens mentais, Bloch entendia que o tempo

não é mais que uma medida. Realidade concreta e viva volvida à irreversibilidade do seu impulso, o tempo da história é, pelo contrário o próprio plasma em que banham os fenômenos, e como que o lugar da sua inteligibilidade. O número de segundos, de anos ou de séculos que um corpo radioativo leva a transformar-se noutros corpos é para a atomística, um dado fundamental (BLOCH, 1987:29-30).

O tempo em Bloch era entendido como a principal força de ação sobre os homens, mas que não estava acima do campo de influencia humana, pois apesar de ser necessário grande esforço e longos períodos os homens conseguiam agir sobre o tempo e mudar determinadas estruturas. Por isso, para o Marc Bloch o trabalho do historiador começa pela análise do tempo, o entendimento de sua duração e heranças que carrega de geração a geração. Perceber que o tempo carrega com ele inúmeros dados, arquétipos e padrões sociais é para o historiador o princípio de todo o seu trabalho.

Nessa mesma direção, de acordo com Peter Burke, *“a preocupação de Braudel é situar indivíduos e eventos num contexto, em seu meio, mas ele os torna intelegíveis ao preço de revelar sua fundamental desimportância”* (BURKE, 1997:47). Nesse sentido, segundo Reis, Braudel privilegiou o tempo estrutural, quase imóvel. Em sua teoria das temporalidades diferenciais, dividiu o tempo em físico, medida geral das durações ou permanências e a pluralidade de tempos sociais que são correspondentes a variedade de fenômenos estudados, de forma a evidenciar aqueles fenômenos que *“operam efetivamente como reais arquiteturas ou estruturas de longa duração”* (ROJAS, 2000: 296). Essas arquiteturas seriam na proposta teórica de Braudel as responsáveis pelas permanências de padrões sociais através da história. Mas, para compreendermos a proposta dos “pais fundadores” não basta entender suas conceituações sobre o tempo, também precisamos entender sua visão de história.

Visão de história

Assim como em todo o movimento dos Annales, a visão de história de Marc Bloch e de Lucien Febvre, apesar de apresentarem proximidades, também não é uníssona. Para Marc Bloch a ciência histórica “É a Ciência dos Homens no Tempo”. Dessa forma, o objeto principal do historiador seria estudar os homens e sua interação com o tempo. Enquanto que para para Lucien Febvre a História é “O estudo cientificamente elaborado das diversas atividades e das diversas criações dos homens de outros tempos”. A marcante diferença entre as duas definições e, que nos interessa por demais, é que o termo Ciência pressupõe método próprio, enquanto, Estudo cientificamente elaborado propõe a utilização por parte do historiador dos métodos de outras disciplinas científicas. Nesse caso o que nos importa é o instrumento e não o projeto no qual será empregado.

Nessa perspectiva, o entendimento e conceituação da História em Febvre teve dois momentos: 1º momento: o objeto da História é: “a harmonia que, perpetua e espontaneamente, estabelece-se em todas as épocas entre as diversas e sincrônicas condições de existência dos homens: condições morais, condições técnicas, condições espirituais” (Ou seja, na rede da história todas as coisas estão relacionadas); 2º momento: o método recompensa ao jovem historiador que renuncia das amarras da teoria - “*Indubitavelmente a História se faz com documentos escritos. Porém também pode fazer-se, deve-se fazer, sem documentos escritos se estes não existem. (...) Em uma palavra: com tudo o que sendo do homem, depende do homem, serve ao homem, expressa o homem, significa a presença, a atividade, os gostos e as formas de ser do homem*” (FEBVRE, 1953:428).

Não rompendo com Bloch e Febvre, a proposta Braudeliana se colocou em um plano mais amplo e estabeleceu dentro do movimento dos Annales um terceiro momento, o qual é proposto por Fernand Braudel em sua tese O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico da época de Filipe II. Nessa, o historiador apresentou uma análise estrutural da História, dividida em três pisos, caracterizados pelos seus distintos ritmos de evolução: como base apresentou uma geohistória, que consistia na análise da história do homem e suas elações com o meio; por cima um estudo estrutural da sociedade dividida em 5 planos – economias; impérios; civilizações; sociedades e guerras; em 3º

parte analisou os acontecimentos políticos e os homens. Sua fórmula se defini: “Para ser tem que se ter sido”, ou seja, “Tem-se que abordar as realidades sociais, 'todas as formas amplas da vida coletiva, as economias, as instituições, as arquiteturas sociais, as próprias civilizações, sobretudo estas”.

Portanto, a visão de história braudeliana reconhece ligação entre temporalidades e estruturas como o eixo central para o entendimento dos fenômenos e dos homens. Sendo assim, após discorrermos sobre o conceito de escola aplicado ao que convencionamos nesse trabalho chamar de movimento dos Annales, sua história e personagens até chegarmos a análise de seus conceitos basilares para o estudo e construção historiográfica, precisamos compreender como sua proposta pode ser aplicada enquanto alternativa teórico-metodológica.

Aplicação

Pode parecer complicado definirmos os métodos e aplicabilidade da Nova História, após analisarmos sua história, pluralidade de propostas e conceitos e principalmente a negação da discussão teórica por parte dos pais fundadores. Na verdade, foram as gerações posteriores que se voltaram a tais debates e a partir de seus olhares procuraremos aqui pontuar o método e a aplicabilidade da Nova História, com sua concepção de tempo estrutural, longa duração, mentalidades ou aparelhagem mental, conceito de cultura e por fim, estratificação social.

Desde seu nascimento a Escola dos Annales e sua herdeira Nova História não apenas se dividiram em gerações, como também em tendências. Em sua primeira fase investiu nos estudos dos fenômenos de longa duração, manifestações religiosas e na biografia (de forma a estabelecer a relação indivíduo-coletividade), na “Era Braudel” nos estudos econômicos, demográficos, principalmente os quantitativos e seriais (como na história dos preços), no florescer da História das Mentalidades buscou inserir os “excluídos” na história e assim abriu-se para as tendências da História das religiões, de gênero, da vida privada, da sexualidade, da loucura e acabou por fragmentar-se em nome dessa nova tendência: as mentalidades, em sua quarta e última (até agora) fase encontramos a Nova História Cultural que tende centrar-se nos estudos culturais das massas anônimas, das questões populares e acabou através de sua proposta de análise

micro-histórica voltando-se para o modelo febvriano, olhar ao indivíduo como representante de uma coletividade.

Dentro de tantas e variadas tendências alguns pontos são comuns e por isso podemos entender as continuidades entre essas quatro fases, que são a preocupação com a noção de tempo em “longa duração” e a diversificação das fontes para estudo da História, com a inserção de documentos antes desacreditados como: obras de literatura, documentos pessoais, monumentos e etc... Já nos disse Jacques Le Goff, “*Tudo é fonte para o historiador das mentalidades*” (LE GOFF, 1976:75).

Em seu método é preciso termos em mente que sua proposta central é analisar de forma quantitativa as questões culturais da História. Para tanto, elegeu alguns princípios:

1. Aparelhagem mental ou mentalidades é aquilo que muda mais lentamente no tempo. (por mais que a quarta geração recuse esse conceito, ao aplicar o conceito de cultura se aproxima muito dessa definição).
2. Utiliza-se de todo e qualquer documento, tudo é fonte.
3. Privilegia as fontes que conduzem a psicologia coletiva das sociedades (como documentos literários e artísticos, próprios do imaginário, o que lhe permite quantificar as manifestações).
4. Centra-se no estudos dos “gestos maquinais”, hábitos que vem de longe e que testemunham “*em favor da extensa repercussão dos sistemas de pensamento*” (LE GOFF, 1976:72).
5. Seu interesse centra-se em alguns fenômenos essenciais: as heranças, as perdas, as rupturas, a tradição, sempre com o intuito de perceber os processos de longa duração.

A partir desses princípios, a terceira geração dos Annales definiu alguns passos metodológicos a serem seguidos:

1. Fazer o inventário das fontes;
2. Analisar os locais de produção das fontes inventariadas;
3. Analisar os meios de produção dessas fontes;
4. Compreender e estudar o vocabulário empregado, seus significados no momento de produção do documento;

5. Perceber a sintaxe dos termos, seus lugares-comuns;
6. Analisar as concepções de tempo e espaço presentes no discurso documental, seus quadros lógicos;
7. Traçar as relações entre textualidade e intertextualidade, ou seja, texto e contexto.
8. Analisar as heranças culturais das fontes;
9. As possíveis estratificações sociais de seu tempo;
10. Precisar com clareza o período estudado e no qual se inserem as fontes;

O método proposto pela geração das mentalidades apresenta-se de forma geral ao historiador, que acaba por ficar livre para aliar-se a outros métodos mais precisos, como são os casos relativos a trabalhos em História oral (entrevistas), imprensa (análise de conteúdo), música, gênero, pesquisas de opinião, econômica, demográfica, entre tantas outras tendências. No entanto, o mais importante nessa longa trajetória analítica que traçamos nesse ensaio é percebermos que entre todas as “gerações” do movimento dos Annales existiu um ponto comum, sua visão teórica. Imersos em um tempo no qual as visões teóricas se dividiam entre o materialismo economicista, o idealismo hegeliano e o historicismo metódico, os annalistes defenderam que a interpretação dos fenômenos deve sempre partir do princípio que os homens fazem a história e sua consciência é fruto da ação do tempo e das mentalidades formadas em grandes estruturas sociais, econômicas e religiosas e não apenas pela interferência da materialidade, não são as idéias que fazem o homem, ou sua relação com o trabalho e também ele não é um agente hegemônico. O homem é ator e roteirista da história, ele a escreve, mas recebe do tempo heranças de padrões sociais, costumes, crenças e hábitos sobre os quais não age, é influenciado, sem ao menos saber sua origem.

Referências bibliografia

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. 5 ed. Lisboa. Publicações Europa-América, 1987 (Coleção Saber).

BOURDÉ, Guy & MARTIN, Hervè. *As Escolas Históricas*. Portugal. Publicações Europa-América, 1990.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo. Fundação Editora da UNESP, 1997.

_____. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo. Editora UNESP, 1992.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa. DIFEL. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil, 1990.

DOSSE, François. *A história em migalhas: dos “Annales” à “Nova História”*. São Paulo. Ensaio; Campinas, SP. Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'histoire*. Paris. Armand Colin, 1953.

GINZBURG, Carlo. *A Micro-História e outros ensaios*. Lisboa. DIFEL. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil, 1991.

GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. 3 ed. São Paulo – Rio de Janeiro. DIFEL, 1979.

HUNT, Lynn. Apresentação: história, cultura e texto. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. 2 ed. São Paulo. Martins Fontes, 2001.

LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. In: LE GOFF, Jacques. *A história nova*. 4 ed. São Paulo. Martins Fontes, 1998.

_____. As mentalidades: uma história ambígua. In: LE GOFF, Jacques. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1976.

_____. Prefácio a nova edição. In: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. 4 ed. São Paulo. Martins Fontes, 1998.

POMIAN, Krzysztof. A história das estruturas. In: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. 4 ed. São Paulo. Martins Fontes, 1998.

REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em história*. São Paulo. Paz e Terra, 2000.

_____. *Nouvelle Histoire e tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. São Paulo. Editora Ática, 1994.

ROJAS, Carlos Antônio Aguirre. *Os Annales e a Historiografia Francesa: tradições críticas de Marc Bloch a Michel Foucault*. Maringá. EDUEM, 2000.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e História cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. & VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História*. 7 ed. Rio de Janeiro. CAMPUS, 1997.

MATOS, Júlia S. Lucien Febvre e a quádrupla herança: aspectos teóricos do campo biográfico. In: *BIBLOS*: Revista do Departamento de Biblioteconomia e História. Vol. 20. Rio Grande. Editora da FURG, 2006, pp. 165-178.